

Apresentação

Embora, como afirma Murilo Cesar Ramos em entrevista publicada no presente número, o Brasil tenha perdido a posição de vanguarda, em relação a alguns países da América Latina e México, no tocante à democratização de seus sistemas de comunicação – e sempre vale a pena lembrar a inexistência de uma lei geral das comunicações afeita às importantes evoluções do setor, em especial, a convergência digital, uma vez que nosso código de telecomunicações data de 1962 – a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) representou, nas palavras de nosso entrevistado, um resquício de democracia. Assim, seus cinco anos de existência (lei n.11.652, de 7/04/2008) merecem avaliação crítica.

A existência da EBC, além de se afirmar como alternativa ao sistema – e interesses – de radiodifusão privado, recolocando em discussão o papel do Estado na constituição de uma comunicação mais inclusiva e democrática, abre espaço para que se reflita sobre o “caleidoscópio de conceitos” (Heloisa Matos) que a discussão sobre a comunicação pública e o direito à comunicação envolve.

Se, entretanto, a reflexão conceitual é fundamental, envolvendo também uma análise crítica dos processos históricos e dos diversos agentes sociais que levaram à constituição dos sistemas públicos de radiodifusão no Brasil e no mundo, a atenção às políticas públicas, às normatizações, modelos de gestão e financiamento, bem como ao conteúdo do que aí é veiculado são também peças essenciais e matéria prima para um balanço crítico sempre necessário.

A grande recepção que a chamada a este Dossiê Temático teve reflete, não só a premência desta questão, mas também o quanto a academia não tem se furtado a refletir e criar conhecimento sobre questões essenciais às práticas e cotidiano de nossa sociedade. A presença de artigos oriundos das mais diversas regiões e instituições – ECA-USP, UFBA, UFF, UFRJ, UFS, UFSC, UnB, UNESP, UNIFOR, UNISO – dão uma pequena mostra da relevância do pensamento comunicacional brasileiro e do quanto a academia tem a contribuir .

Notará o leitor acostumado com nossa Revista que o dossiê aqui apresentado ganhou um espaço mais dilatado. Dada a qualidade dos artigos, aquilatada por nossos pareceristas, a quem agradecemos o empenho e contribuição, optamos pela publicação de um número bem maior do que o usual, 12 artigos, não publicando, excepcionalmente, nossa seção Artigos e Ensaios.

Embora alguns artigos publicados nesse Dossiê relatem resultados de pesquisas concluídas ou em andamento, seu vínculo mais estreito à temática aí desenvolvida implicaram a decisão de colocá-los juntos aos demais. Desta forma, nossa seção Investigação complementa, juntamente com a Resenha do livro da professora da Universidade Federal do Piauí, Jacqueline Dourado, *Rede Globo: mercado ou cidadania?*, a presente edição com 3 relatos de Investigação. O primeiro, de Silvana Lemos, aborda a questão da inclusão digital ao analisar o projeto “um computador por aluno”, do governo federal; em seguida Clotildes Avelar Teixeira e Alcenir Soares dos Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais analisam os vínculos entre políticas de cultura e processos informacionais ao se deterem nas questões do patrimônio imaterial. Finalmente, Carmen Ciller e Sagrario Beceiro, da Universidade Carlos III, de Madri, apresentam os primeiros resultados de uma pesquisa em curso sobre o número de coproduções cinematográficas entre a Espanha e os demais países, salientando, sobretudo, a importância da constituição de bancos de dados que permitam um acesso mais pormenorizado sobre esses bens culturais.

Por fim, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos e reconhecimento a Ivonete da Silva Lopes e Laurindo Leal, coordenadores do Dossiê aqui publicado, pela valiosa contribuição e profissionalismo.

Boa leitura!

Cesar R.S. Bolaño
Diretor

Ruy Sardinha Lopes
Editor